

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	191.725
Preferenciais	0
Total	191.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	904.847	904.262
1.01	Ativo Circulante	42.554	123.681
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.938	110.020
1.01.03	Contas a Receber	13.351	11.886
1.01.03.01	Clientes	13.351	11.886
1.01.03.01.01	Clientes	1.072	748
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	12.279	11.138
1.01.06	Tributos a Recuperar	393	390
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	393	390
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.094	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	778	52
1.01.08.03	Outros	778	52
1.01.08.03.01	Outros Créditos	778	52
1.02	Ativo Não Circulante	862.293	780.581
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.129	37.226
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	2	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.127	37.226
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.155	25
1.02.01.09.04	Titulos e Valores Mobiliarios - Vinculados	52.972	37.201
1.02.03	Imobilizado	20.923	21.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.923	21.572
1.02.04	Intangível	787.241	721.783
1.02.04.01	Intangíveis	787.241	721.783

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	904.847	904.262
2.01	Passivo Circulante	180.893	103.965
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.376	1.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.376	1.855
2.01.02	Fornecedores	12.714	6.831
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.714	6.831
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.746	2.733
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.746	2.733
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.746	2.733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.715	67.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.402	10.492
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.402	10.492
2.01.04.02	Debêntures	34.313	56.671
2.01.05	Outras Obrigações	102.226	11.421
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	90.825	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	90.825	0
2.01.05.02	Outros	11.401	11.421
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.593	6.593
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	567	570
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.241	4.258
2.01.06	Provisões	16.116	13.962
2.01.06.02	Outras Provisões	16.116	13.962
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	11.099	12.527
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.056	84
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	3.961	1.351
2.02	Passivo Não Circulante	489.523	587.352
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	463.810	441.921
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	78.660	86.272
2.02.01.02	Debêntures	385.150	355.649
2.02.02	Outras Obrigações	11.111	134.994
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	22	134.994
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	590
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22	134.404
2.02.02.02	Outros	11.089	0
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	11.089	0
2.02.03	Tributos Diferidos	10.641	5.531
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.641	5.531
2.02.04	Provisões	3.961	4.906
2.02.04.02	Outras Provisões	3.961	4.906
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	3.767	4.843
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	194	63
2.03	Patrimônio Líquido	234.431	212.945
2.03.01	Capital Social Realizado	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	191.725	191.725
2.03.02	Reservas de Capital	98	52
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	98	52

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04	Reservas de Lucros	21.168	21.168
2.03.04.01	Reserva Legal	1.388	1.388
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	19.780	19.780
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.440	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	88.366	228.692	58.411	180.832
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.297	-136.400	-28.835	-97.483
3.03	Resultado Bruto	34.069	92.292	29.576	83.349
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.794	-10.401	-3.633	-11.056
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.792	-10.398	-3.634	-11.055
3.04.02.01	Despesas operacionais	-1.792	-10.398	-3.634	-11.055
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-3	0	-1
3.04.05.01	Outras despesas, líquidas	-2	-3	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.275	81.891	25.943	72.293
3.06	Resultado Financeiro	-15.841	-49.372	-14.883	-49.546
3.06.01	Receitas Financeiras	1.340	7.222	2.436	15.315
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.181	-56.594	-17.319	-64.861
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.434	32.519	11.060	22.747
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.580	-11.079	-3.818	-7.754
3.08.01	Corrente	-3.675	-5.969	-2.382	-3.558
3.08.02	Diferido	-1.905	-5.110	-1.436	-4.196
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.854	21.440	7.242	14.993
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.854	21.440	7.242	14.993
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05661	0,11183	0,03778	0,07820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	10.854	21.440	7.242	14.993
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.854	21.440	7.242	14.993

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	56.612	93.904
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.246	103.407
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.519	22.747
6.01.01.02	Depreciação e amortização	17.262	14.318
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	280	596
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-2.825	-273
6.01.01.05	Encargos financeiros e var monetária s/ notas promissórias, financiamentos, empréstimos e debêntures	47.575	51.507
6.01.01.06	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis a atualização monetária	167	56
6.01.01.07	Constituição de provisão para manutenção e para construção de obras futuras, líquidas	1.249	2.092
6.01.01.08	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	767	1.075
6.01.01.10	Juros sobre contrato de mútuo	-7.794	11.289
6.01.01.11	Prêmio de Opções	46	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.634	-9.503
6.01.02.01	Clientes	-1.465	-573
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-761	41
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3	-337
6.01.02.04	Outros créditos	-726	409
6.01.02.05	Fornecedores	5.883	-863
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	203
6.01.02.07	Obrigações sociais	521	632
6.01.02.08	Depósito judicial	-1.130	-14
6.01.02.10	Juros pagos	-38.906	-14.656
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.997	-3.754
6.01.02.12	Outras contas a pagar	11.072	-3.971
6.01.02.13	Empresas relacionadas	0	-5
6.01.02.14	Empresas ligadas	-189	13.385
6.01.02.15	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	-1.910	0
6.01.02.16	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-36	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.351	-43.849
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-82.351	-43.849
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-58.343	27.580
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-12.946	-36.134
6.03.02	Captação de debêntures	0	357.025
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	0	77.681
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-9.228	-371.000
6.03.08	Pagamento de credor pela concessão	-3	8
6.03.09	Empresas relacionadas - Mutuo	-36.166	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-84.082	77.635
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.020	5.656
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.938	83.291

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	46	0	0	0	46
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	46	0	0	0	46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.440	0	21.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.440	0	21.440
5.07	Saldos Finais	191.725	98	21.168	21.440	0	234.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.993	0	14.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.993	0	14.993
5.07	Saldos Finais	191.725	0	5.500	14.993	0	212.218

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	242.734	193.630
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	242.734	193.630
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-116.115	-81.747
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.235	-75.220
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.880	-6.527
7.03	Valor Adicionado Bruto	126.619	111.883
7.04	Retenções	-17.262	-14.318
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.262	-14.318
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	109.357	97.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.222	15.315
7.06.02	Receitas Financeiras	7.222	15.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.579	112.880
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.579	112.880
7.08.01	Pessoal	13.446	12.474
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.728	10.303
7.08.01.02	Benefícios	2.231	1.749
7.08.01.03	F.G.T.S.	487	422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.099	20.552
7.08.02.01	Federais	17.012	13.173
7.08.02.03	Municipais	8.087	7.379
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.594	64.861
7.08.03.01	Juros	32.133	33.685
7.08.03.03	Outras	24.461	31.176
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.440	14.993
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.440	14.993

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 3T12 e 9M12: Margem EBITDA de 43,4% no 9M12.

Itaquaquecetuba, 06 de novembro de 2012 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) e primeiros nove meses de 2012 (9M12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e primeiros nove meses de 2011 (9M11).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 9M12 foi de R\$ 228.692 mil, um aumento de 26,5% em relação ao 9M11.
- O EBITDA de R\$ 99.152 mil no 9M12 demonstra um crescimento de 14,5% em relação ao 9M11 resultando na margem EBITDA de 43,4%.

Destaques (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Volume de Tráfego – milhares de eixos equivalentes	21.377	15.644	36,6%	62.242	60.340	3,2%
Tarifa Média ¹	2,59	2,46	5,3%	2,51	2,36	6,4%
Receita Líquida	88.366	58.411	51,3%	228.692	180.832	26,5%
Lucro Líquido	10.854	7.242	49,9%	21.440	14.993	43,0%
EBITDA ²	38.276	30.878	24,0%	99.152	86.611	14,5%
Margem EBITDA	43,3%	52,9%	-9,6 p.p	43,4%	47,9%	-4,5 p.p
Capex	36.458	11.846	207,8%	82.351	43.489	89,4%
Dívida Líquida	-	-	-	439.584	390.606	12,5%

¹ em reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de

Comentário do Desempenho

2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna - Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta concessão está alinhada com a nossa estratégia de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 9M12 totalizou R\$ 156.031 mil, um aumento de 9,7% em comparação aos R\$ 142.195 mil em 9M11.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Receitas de Pedágio	55.274	50.569	9,3%	156.031	142.195	9,7%
Receita de Construção ICPC-01	35.823	10.300	247,8%	80.173	45.160	77,5%
Receitas Acessórias	2.229	2.080	7,2%	6.530	6.275	4,1%
Total	93.326	62.949	48,3%	242.734	193.630	25,4%

No 9M12, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 64,3% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Receita de Construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em veículos equivalentes pagantes.

Comentário do Desempenho

Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Passeio	14.005	13.292	5,4%	41.013	39.696	3,3%
Comercial	7.372	7.253	1,6%	21.229	20.644	2,8%
Total	21.377	20.545	4,0%	62.242	60.340	3,2%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao volume de tráfego total em veículos equivalentes pagantes, 65,9% corresponderam ao tráfego de veículos passeio e 34,1% corresponderam aos veículos comerciais no 9M12. O crescimento de 5,4% no volume de tráfego de passeio foi resultante, principalmente, das boas condições climáticas do período que geram mais tráfego às regiões litorâneas.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Ecopistas	2,59	2,46	5,3%	2,51	2,36	6,4%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas totalizaram R\$ 146.798 mil no 9M12, representando 64,2% sobre a receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Pessoal	4.188	4.101	2,1%	13.446	12.474	7,8%
Conservação e manutenção	2.337	2.416	-3,3%	7.645	7.196	6,2%
Serviços de terceiros	4.317	4.414	-2,2%	13.109	13.384	-2,1%
Poder concedente e seguros	2.440	2.276	7,2%	7.027	6.321	11,2%
Depreciação e amortização	6.003	4.935	21,6%	17.262	14.318	20,6%
Provisão manutenção ICPC 01	417	1.036	-59,7%	1.250	1.991	-37,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	35.823	10.300	247,8%	80.173	45.160	77,5%

Comentário do Desempenho

Locações, aluguéis e outros	564	2.991	-81,1%	6.886	7.694	-10,5%
TOTAL	56.089	32.469	72,7%	146.798	108.538	35,3%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 100.402 mil, um crescimento de 13,3% em relação aos R\$ 88.602 mil obtidos no 9M11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 67,6%, apresentando um aumento de 2,3 pontos percentuais.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 9M12, o EBITDA totalizou R\$ 99.152 mil, um crescimento de 14,5% em relação aos R\$ 86.611 mil obtidos no 9M11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 43,4% no 9M12, uma queda de 4,5 pontos percentuais em relação ao 9M11.

EBITDA sem IFRS						
(em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
EBITDA IFRS	38.276	30.878	24,0%	99.152	86.611	14,5%
Receita de construção	(35.823)	(10.300)	247,8%	(80.173)	(45.160)	77,5%
Custo de construção	35.823	10.300	247,8%	80.173	45.160	77,5%
Provisão para manutenção	417	1.036	-59,7%	1.250	1.991	-37,2%
EBITDA Ajustada	38.693	31.914	21,2%	100.402	88.602	13,3%
Margem EBITDA Ajustada	73,6%	66,3%	7,3 p.p	67,6%	65,3%	2,3 p.p

EBITDA IFRS						
(em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Receita Líquida	88.366	58.411	51,3%	228.692	180.832	26,5%
Custo e despesas administrativas	(56.089)	(32.469)	72,7%	(146.798)	(108.538)	35,3%
Depreciação e Amortização	6.003	4.935	21,6%	17.262	14.318	20,6%
Outras receitas/despesas líquidas	(4)	1	-500,0%	(4)	(1)	300,0%
EBITDA	38.276	30.878	24,0%	99.152	86.611	14,5%
Margem EBITDA	43,3%	52,9%	-9,6 p.p	43,4%	47,9%	-4,5 p.p

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 9M12 foi negativo em R\$ 49.372 mil sendo que 65,1% referem-se aos juros sobre debêntures e financiamentos e 28,3% de variação monetária de juros sobre debêntures e financiamentos.

Resultados financeiro						
(em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Juros sobre debêntures	(8.768)	(8.377)	4,7%	(26.103)	(22.433)	16,4%
Juros sobre financiamentos	(1.892)	(1.414)	33,8%	(6.030)	(11.252)	-46,4%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(3.549)	(2.501)	41,9%	(13.961)	(17.094)	-18,3%
Receita sobre aplicação financeira	1.327	2.433	-45,5%	6.580	15.306	-57,0%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(256)	(392)	-34,7%	(767)	(1.175)	-34,7%
Outros efeitos financeiros	(2.703)	(4.632)	-41,6%	(9.091)	(12.898)	-29,5%
TOTAL	(15.841)	(14.883)	6,4%	(49.372)	(49.546)	-0,4%

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2012, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 439.584 mil, crescimento de 21,5% em relação à dezembro de 2011.

Endividamento	30/09/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
(em milhares de R\$)					
BNDES	89.062	96.765	-8,0%	taxa TJLP+2,45% a.a	jun-21
Debêntures(*)	419.463	412.320	1,7%	IPCA+8,25%	jan-23
Dívida Total	508.525	509.085	-0,1%		
Caixa e equivalentes de caixa	25.938	110.020	76,4%		
Aplicação financeira vinculada (**)	43.003	37.201	15,6%		
Dívida Líquida	439.584	361.864	21,5%		

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na Companhia no 9M12 totalizaram R\$ 82.351mil, e são representados

Comentário do Desempenho

principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

	3T12			3T11		
	<u>Intangível/ Imobilizado</u>	<u>Custo de Manutenção</u>	<u>Total</u>	<u>Intangível/ Imobilizado</u>	<u>Custo de Manutenção</u>	<u>Total</u>
<u>Capex (em milhares de R\$)</u>	<u>36.457</u>	<u>=</u>	<u>36.457</u>	<u>11.847</u>	<u>=</u>	<u>11.847</u>

	9M12			9M11		
	<u>Intangível/ Imobilizado</u>	<u>Custo de Manutenção</u>	<u>Total</u>	<u>Intangível/ Imobilizado</u>	<u>Custo de Manutenção</u>	<u>Total</u>
<u>Capex (em milhares de R\$)</u>	<u>82.351</u>	<u>=</u>	<u>82.351</u>	<u>43.850</u>	<u>=</u>	<u>43.850</u>

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$39 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

Notas Explicativas

- As principais estimativas e julgamentos utilizadas são as seguintes:

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas de IFRSs e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Notas Explicativas

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Notas Explicativas

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

A mensuração dos valores presentes dos saldos acima foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 10,73% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanco Patrimonial	Saldo de 31/12/2011 originalmente <u>apresentado</u>	<u>Reclassificação</u>	Saldo de 31/12/2011 <u>reapresentado</u>
Tributos Diferidos - Ativos	4.466	(4.466)	-
Tributos Diferidos - Passivos	(9.997)	4.466	(5.531)

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. A Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e Bancos	1.886	4.591
Aplicações financeiras:		
Fundo exclusivo (a)	3.875	-
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>20.177</u>	<u>105.429</u>
	<u>25.938</u>	<u>110.020</u>

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 30 de setembro de 2012 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta de 84,80% em CDB, 7,06% em LFT e 8,14% em Compromissada.

As aplicações financeiras vinculadas são formados por CDB e Fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 98,0 % e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa de 98,7% a 102,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, no qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de setembro de 2012 o valor aplicado nessa modalidade é de R\$757 (31 de dezembro de 2011 de R\$158).

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos de longo prazo.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB (a)	43.003	37.201
Poupança (b)	<u>9.969</u>	<u>-</u>
	<u>52.972</u>	<u>37.201</u>

a) Os CDB são remunerados à taxa de 95,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. As aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de garantia para pagamento de juros e principal das debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 15).

b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, se comprometendo a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA).

6. CLIENTES

Representados por valores a vencer de locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico –		
Partes relacionadas (*) – vide nota explicativa nº16	12.279	11.138
Cupons de pedágio	325	219
Arrendamento de áreas	<u>747</u>	<u>529</u>
	<u>13.351</u>	<u>11.886</u>

A Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(*) A parte relacionadas Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, controlada direta da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Notas Explicativas

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	13.203	11.886
Vencidos:		
Até 30 dias	31	-
De 31 a 60 dias	<u>117</u>	<u>-</u>
	<u>13.351</u>	<u>11.886</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	380	323
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>67</u>
	<u>393</u>	<u>390</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 30 de setembro de 2012 é de R\$2.094 (R\$1.333 em 31 de dezembro de 2011) e é composto por prêmios de seguros a apropriar, classificados no circulante. Vide nota explicativa nº 29.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	25	-
Adições	2.291	24
Baixas	(1.168)	-
Atualização monetária	<u>7</u>	<u>1</u>
Saldo final	<u>1.155</u>	<u>25</u>

10. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.828	271	731	241	761	16.832
Adições	4.989	152	57	-	202	5.400
Baixas	-	-	-	-	(43)	(43)
Depreciações	<u>(3.167)</u>	<u>(30)</u>	<u>(62)</u>	<u>(6)</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.292)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>16.650</u>	<u>393</u>	<u>726</u>	<u>235</u>	<u>893</u>	<u>18.897</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	-

Notas Explicativas

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.161	385	884	233	909	21.572
Adições	2.878	69	17	-	802	3.766
Depreciação	<u>(4.231)</u>	<u>(43)</u>	<u>(78)</u>	<u>(6)</u>	<u>(57)</u>	<u>(4.415)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>17.808</u>	<u>411</u>	<u>823</u>	<u>227</u>	<u>1.654</u>	<u>20.923</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 30 de setembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	677.529	949	702	679.180
Adições	38.284	114	51	38.449
Baixas	(553)	-	-	(553)
Transferência	1.063	(1.063)	-	-
Amortização	<u>(10.900)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>	<u>(11.026)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>705.423</u>	<u>-</u>	<u>627</u>	<u>706.050</u>
Taxas anuais de amortização (%)	(*)	-	20,0	-
	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>720.901</u>	<u>280</u>	<u>602</u>	<u>721.783</u>
Adições	78.543	-	42	78.585
Baixas	-	(280)	-	(280)
Amortização	<u>(12.710)</u>	<u>-</u>	<u>(137)</u>	<u>(12.847)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>786.734</u>	<u>-</u>	<u>507</u>	<u>787.241</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 30 de setembro de 2012 é de 2,18% (2,05% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	194	62
Juros capitalizados	(531)	(602)
Credor pela concessão	8.836	10.482
Outras adições/exclusões	646	(405)
Provisão para manutenção – ICPC-01	12.137	9.974
Efeito da reversão da amortização linear	<u>(52.580)</u>	<u>(35.779)</u>
	<u>(31.298)</u>	<u>(16.268)</u>
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(10.641)</u>	<u>(5.531)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do período os seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>findo em</u>	<u>30/09/2011</u>
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(2.688)	(1.743)	(4.347)	(2.586)
Imposto de renda diferido	<u>(1.400)</u>	<u>(1.893)</u>	<u>(3.757)</u>	<u>(3.923)</u>
	<u>(4.088)</u>	<u>(3.636)</u>	<u>(8.104)</u>	<u>(6.509)</u>
Variação na:				
Contribuição social - corrente	(987)	(639)	(1.622)	(972)
Contribuição social - diferida	<u>(505)</u>	<u>457</u>	<u>(1.353)</u>	<u>(273)</u>
	<u>(1.492)</u>	<u>(182)</u>	<u>(2.975)</u>	<u>(1.245)</u>

Notas Explicativas

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.434	11.060	32.519	22.747
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.588)	(3.760)	(11.056)	(7.734)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(8)</u>	<u>(58)</u>	<u>(23)</u>	<u>(20)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(5.580)</u>	<u>(3.818)</u>	<u>(11.079)</u>	<u>(7.754)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	<u>(3.675)</u>	<u>(2.382)</u>	<u>(5.969)</u>	<u>(3.558)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<u>(1.905)</u>	<u>(1.436)</u>	<u>(5.110)</u>	<u>(4.196)</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	940	945
Cofins	567	570
PIS	123	123
ISS na fonte	419	256
Outros	<u>697</u>	<u>839</u>
	<u>2.746</u>	<u>2.733</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional- BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	<u>89.062</u>	<u>96.764</u>
Circulante			<u>10.402</u>	<u>10.492</u>
Não circulante			<u>78.660</u>	<u>86.272</u>

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foram concedidos 3 subcréditos: o 1º subcrédito de R\$50.000, em 31 de maio de 2011; o 2º subcrédito de R\$29.200, em 31 de agosto de 2011; e o 3º subcrédito de R\$20.000, em 24 de novembro de 2011. A amortização ocorrerá mensalmente, de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas, ficando disponível para utilização o valor de R\$256.196. Entre outras, em garantia do empréstimo, a Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2012.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	7.284	9.303
2014	9.517	9.303
2015	9.517	9.303
2016	9.517	9.303
Posteriores a 2016	<u>42.825</u>	<u>49.060</u>
	<u>78.660</u>	<u>86.272</u>

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	404.536	393.213
Remuneração (juros)	26.004	30.970
Custos com emissão de debêntures	<u>(11.077)</u>	<u>(11.863)</u>
	<u>419.463</u>	<u>412.320</u>
Circulante	<u>34.313</u>	<u>56.671</u>
Não circulante	<u>385.150</u>	<u>355.649</u>

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira série no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2012	1ª série - R\$ 1.165 2ª série - R\$1.127 3ª série - R\$1.105 4ª série - R\$1.261
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).

Notas ExplicativasDescriçãoEcopistas

- b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
- c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).

Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação as debêntures	Não há cláusulas de repactuação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	3.360	(278)	3.082	35.747	(1.108)	34.639
2014	13.439	(1.113)	12.326	35.747	(1.108)	34.639
2015	17.587	(1.113)	16.474	35.747	(1.108)	34.639
2016	21.090	(1.113)	19.977	35.747	(1.108)	34.639
A partir de 2017	<u>339.638</u>	<u>(6.347)</u>	<u>333.291</u>	<u>223.415</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.093</u>
	<u>395.114</u>	<u>(9.964)</u>	<u>385.150</u>	<u>366.403</u>	<u>(10.754)</u>	<u>355.649</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo</u>
		Clientes	Créditos diversos	Intangível	Contas a pagar
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – mútuo (b)	Controladora direta	-	-	-	90.080
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	172	80
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	2.942	37
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	=	-	-	<u>628</u>
		-	-	3.114	90.825
STP – Serviços Tecnologia e Pagamento (e)	Outras partes relacionadas	12.279	-	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora direta	-	1	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	<u>1</u>	=	<u>22</u>
		12.279	2	-	22
Total em 30 de setembro de 2012		<u>12.279</u>	<u>2</u>	<u>3.114</u>	<u>90.847</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>11.138</u>	=	<u>573</u>	<u>134.994</u>

Notas Explicativas

<u>Demonstração do resultado</u>		<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas financeiras</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	4.010	2.081	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – juros sobre mútuo (b)	Controladora direta	-	-	7.794
STP – Serviços Tecnologia e Pagamentos S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	1.789	-
Total em 30 de setembro de 2012		<u>4.010</u>	<u>3.870</u>	<u>7.794</u>
Total em 30 de setembro de 2011		<u>5.719</u>	<u>6.867</u>	<u>11.289</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$8.121, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de setembro de 2012, há um saldo em aberto de R\$90.080, atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2013.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$9.192, incluindo o aditivo contratual. Deste total, foram incorridos R\$1.907 e há um saldo de R\$7.285 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) Saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em setembro de 2012.
- (e) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 em R\$858 (R\$834 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses</u>	
	<u>findo em</u>		<u>findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Salários e ordenados	111	125	327	339
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.c)	-	-	46	-
Benefícios diretos e indiretos	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>204</u>	<u>221</u>
	<u>118</u>	<u>125</u>	<u>577</u>	<u>560</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	4.332	2.706	7.039
Efeito de valor presente sobre a constituição	(1.218)	(715)	(1.934)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>82</u>	<u>258</u>	<u>340</u>
	3.196	2.249	5.445
Circulante	<u>-</u>		<u>905</u>
Não circulante	<u>3.196</u>		<u>4.540</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	7.682	1.742	9.424
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.013)	(493)	(2.506)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>525</u>	<u>285</u>	<u>810</u>
	6.194	1.534	7.728
Circulante	<u>1.351</u>		<u>3.961</u>
Não circulante	<u>4.843</u>		<u>3.767</u>

Notas Explicativas**18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	101	13.270
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>2.204</u>	<u>817</u>	<u>3.021</u>
	11.403	918	12.321
Circulante	<u>6.446</u>		<u>11.082</u>
Não Circulante	<u>4.957</u>		<u>1.239</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Realização da construção	-	(1.910)	(1.910)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.328</u>	<u>482</u>	<u>3.810</u>
	<u>12.527</u>	<u>(1.428)</u>	<u>11.099</u>
Circulante	<u>12.527</u>		<u>11.099</u>

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas variáveis	<u>567</u>	<u>570</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2011</u>
Cível (a)	80	27	6	113
Trabalhista (b)	<u>8</u>	<u>21</u>	<u>2</u>	<u>31</u>
	<u>88</u>	<u>48</u>	<u>8</u>	<u>144</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2012</u>
Cível (a)	30	130	(23)	6	143
Trabalhista (b)	<u>33</u>	<u>26</u>	<u>(13)</u>	<u>5</u>	<u>51</u>
	<u>63</u>	<u>156</u>	<u>(36)</u>	<u>11</u>	<u>194</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de setembro de 2012 R\$2.535 (R\$861 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de setembro de 2012 R\$1.526 (R\$279 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

Notas Explicativas

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	<u>1ª Outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª Outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª Outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2012, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$46 (R\$52 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>3ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	-	-	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>646.269</u>	<u>1.212.045</u>	-	<u>1.858.314</u>
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(225.429)</u>	<u>(139.447)</u>	-	<u>(364.876)</u>
Em 30 de setembro de 2012	<u>420.840</u>	<u>1.072.598</u>	<u>1.524.074</u>	<u>3.017.512</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foram exercidas 364.876 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$14,97 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2012	12,72	474.452	4,42	2.097	11 meses
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	23 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	35 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	47 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	<u>59 meses</u>
		<u>3.250.442</u>		<u>21.422</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado

Notas Explicativas

- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.
- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 265.121 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de setembro de 2012, de R\$17,65. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de setembro de 2012 é de R\$4.679.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>findo em</u> <u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	22.066	21.114	63.272	62.190
Pedágio por equipamento eletrônico	31.129	27.702	87.057	75.078
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>2.080</u>	<u>1.753</u>	<u>5.702</u>	<u>4.927</u>
	55.275	50.569	156.031	142.195
Receita de construção	35.823	10.300	80.173	45.160
Receitas acessórias (*)	<u>2.228</u>	<u>2.080</u>	<u>6.530</u>	<u>6.275</u>
	38.051	12.380	86.703	51.435
Receita bruta	93.326	62.949	242.734	193.630
Deduções da receita – PIS, Cofins e ISS	<u>(4.960)</u>	<u>(4.538)</u>	<u>(14.042)</u>	<u>(12.798)</u>
Receita líquida	<u>88.366</u>	<u>58.411</u>	<u>228.692</u>	<u>180.832</u>

Notas Explicativas

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Pessoal	4.188	4.101	13.446	12.474
Conservação e manutenção	2.336	2.416	7.645	7.196
Serviços de terceiros (*)	4.318	4.414	13.110	13.384
Seguros	714	697	2.150	1.867
Poder Concedente	1.725	1.579	4.877	4.454
Provisão para manutenção	417	1.036	1.250	1.991
Custos com construção	35.823	10.300	80.173	45.160
Depreciação e amortização	6.004	4.935	17.262	14.318
Locação	3.533	468	1.690	1.464
Outros custos e despesas operacionais	<u>31</u>	<u>2.523</u>	<u>5.195</u>	<u>6.230</u>
	<u>56.089</u>	<u>32.469</u>	<u>146.798</u>	<u>108.538</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	54.297	28.835	136.400	97.483
Despesas gerais e administrativas	<u>1.792</u>	<u>3.634</u>	<u>10.398</u>	<u>11.055</u>
	<u>56.089</u>	<u>32.469</u>	<u>146.798</u>	<u>108.538</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções de R\$3.794, serviços de consultoria de R\$6.626, serviços de limpeza de R\$587 e outros R\$2.103.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.327	2.433	6.580	15.306
Outras	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>642</u>	<u>9</u>
	1.340	2.436	7.222	15.315
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(8.768)	(8.377)	(26.103)	(22.433)
Juros sobre financiamentos	(1.892)	(1.414)	(6.030)	(11.252)
Variação monetária sobre debêntures	(3.562)	(2.504)	(14.603)	(17.103)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(256)	(392)	(767)	(1.175)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(278)	(289)	(839)	(719)
Juros sobre contrato de mútuo	(2.190)	(4.176)	(7.794)	(11.289)
Outras	<u>(235)</u>	<u>(167)</u>	<u>(458)</u>	<u>(890)</u>
	<u>(17.181)</u>	<u>(17.319)</u>	<u>(56.594)</u>	<u>(64.861)</u>
Resultado financeiro	<u>(15.841)</u>	<u>(14.883)</u>	<u>(49.372)</u>	<u>(49.546)</u>

Notas Explicativas

25. LUCRO POR AÇÃO

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,05</u>	<u>0,04</u>	<u>0,11</u>	<u>0,08</u>

Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>10.854</u>	<u>7.242</u>	<u>21.440</u>	<u>14.993</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>191.725</u>	<u>191.725</u>	<u>191.725</u>	<u>191.725</u>

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$697 (R\$450 em 30 de setembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDB e Fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 98,0 % e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	508.525	509.084
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(78.910)</u>	<u>(147.221)</u>
Dívida líquida	429.615	361.863
Patrimônio líquido (ii)	234.431	212.945
Índice de endividamento líquido	<u>1,83</u>	<u>1,70</u>

Notas Explicativas

- (i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	1.886	1.886
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	13.351	13.351
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	77.024	77.024
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.714	12.714
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	89.062	89.062
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	419.463	427.852
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	567	567

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados se aproximam do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 28/09/2012, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debentures foram calculadas por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 30 de setembro de 2012.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.292 (R\$11.138 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - _____ % a.a.	<u>Próximos</u> <u>12 meses</u>	<u>Entre 13 e</u> <u>24 meses</u>	<u>Entre 25 e</u> <u>36 meses</u>	<u>37 meses em</u> <u>diante</u>
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	17.158	16.350	15.555	73.685
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.242	49.795	54.637	757.287

TJLP em 30 de setembro de 2012- 5,50 %.

IPCA em 30 de setembro de 2012 – 5,28 %.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Debêntures	Alta do IPCA	1.142	1.217	1.293
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	6.716	7.831	8.933

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
IPCA (a)	5,40 %	6,79 %	8,19 %
TJLP (b)	5,50 %	6,875 %	8,25 %

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendencias Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$102 (R\$76 em 30 de setembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho/2012 a junho/2013	184.997
All Risk - responsabilidade civil	Junho/2012 a junho/2013	222.465
All Risk - danos materiais	Junho/2012 a junho/2013	1.951.296
All Risk - perda de receita	Junho/2012 a junho/2013	222.465
All Risk - riscos de engenharia	Junho/2012 a junho/2013	56.269

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

Notas Explicativas

- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	80.173	45.160
Custos de construção	<u>(80.173)</u>	<u>(45.160)</u>
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em 30 de setembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$270.685(R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2012.
